

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

AQUISIÇÃO DE SINAIS DE TRÂNSITO

Valor Base: 9.700,00€

Procedimento por consulta prévia nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação vigente



PARTE I
Cláusulas Jurídicas

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a **“Aquisição de Sinais de Trânsito”**, conforme a descrição constante na Parte II - Especificações Técnicas do presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.

Cláusula 2ª

Contrato

1. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP não é exigível a redução do contrato a escrito.
2. Quando a redução do contrato a escrito não tenha sido exigida ou tenha sido dispensada nos termos do número anterior, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

Cláusula 3.ª

Prazo

A entidade adjudicatária obriga-se ao fornecimento em contínuo dos bens descritos na Parte II – Especificações Técnicas, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, pelo prazo estimado de 10 (dez) meses, a iniciar após a conclusão do procedimento, ou até atingir o valor da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Gestor do Contrato

Nos termos do disposto no artigo 290-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações da entidade adjudicatária

Cláusula 5.^a

Obrigações principais da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:

- a) Efetuar a entrega dos bens de acordo com o estipulado no caderno de encargos;
- b) Obrigação de cumprir as condições contratuais;
- c) Disponibilização dos bens identificados no presente procedimento, no preço constante da proposta adjudicada;
- d) Garantir a conformidade e a operacionalidade dos bens entregues;
- e) Obrigação de garantia técnica dos bens;
- f) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega dos bens objeto do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, logo que deles tomem conhecimento, nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- g) Manter atualizados todos os documentos de habilitação;
- h) Manter o sigilo e garantir a confidencialidade;
- i) Obrigação de não alterar as condições do fornecimento dos bens objeto do contrato fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- j) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, assim como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- k) A entidade adjudicante pode a qualquer momento, exigir os documentos que ache necessários para a boa compreensão do processo de aquisição dos bens;
- l) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens;



[Handwritten signature]

m) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas.

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, de transporte, materiais, técnicos/tecnológicos e informáticos que sejam necessários e adequados ao respetivo fornecimento.

Cláusula 6.ª

Local de entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato, devem ser entregues após o respetivo pedido de fornecimento por parte da entidade adjudicante, no Armazém Municipal, sito na Estrada de S. Brás, nº 14, 2540-136 Bombarral, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h30.

2. Os bens devem ser entregues com as características constantes na “Parte II – Especificações Técnicas”, no prazo proposto na sua proposta, em respeito pelo limite máximo estabelecido no presente caderno de encargos.

3. As entregas dos bens serão faseadas de acordo com as necessidades objetivas do Município de Bombarral.

4. O Município de Bombarral obriga-se a conceder ao adjudicatário o acesso às suas instalações, para a entrega dos bens objeto do contrato, acordando o horário em que essa entrega poderá ser realizada.

5. A permanência do adjudicatário nas instalações da entidade adjudicante, deverá ocorrer dentro das horas normais de expediente, salvo em situações devidamente justificadas, desde que autorizadas.

6. A entidade adjudicatária obriga-se a aceitar as normas e os procedimentos da entidade adjudicante respeitantes à identificação de pessoas, acesso e circulação dentro das respetivas instalações, bem como as relativas às políticas de segurança informática e privacidade.

7. Os riscos na fase de transporte, do acondicionamento, da carga e da descarga na entrega, são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 7.ª

Disponibilização dos bens

1. O Município de Bombarral comunica, através de correio eletrónico, à entidade adjudicatária, os bens que necessita, devendo a entidade adjudicatária entregar os mesmos,

4



Município de Bombarral

[Handwritten signature]

no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após receção do respetivo pedido de fornecimento.

2. A entidade adjudicatária obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, nomeadamente os manuais técnicos ou guias de segurança.

3. A entidade adjudicatária é responsável perante a entidade adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

4. Todas as despesas e custos com transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos, designadamente, licenças, guias de transporte ou outros exigidos por lei, que devem acompanhar os bens desde o local de embarque até ao local de entrega são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 8ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao Município de Bombarral, os bens com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4. No caso de os bens objeto do contrato não comprovarem a sua total operacionalidade, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características e especificações definidas no presente Caderno de Encargos, o Município de Bombarral deve informar, por escrito, à entidade adjudicatária.

5. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características e especificações exigidas.



Cláusula 9.^a

Garantia Técnica

Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 10.^a

Continuidade de Fabrico

A entidade adjudicatária deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato, pelo prazo estimado da respetiva vida útil, de acordo com o previsto no artigo 446.º do CCP.

Cláusula 11.^a

Objeto do dever de sigilo

1. A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município do Bombarral, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de três anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



Secção II

Obrigações do Município

Cláusula 13.^a

Preço base e contratual

1. O preço base do procedimento é de **9.700,00€ (nove mil e setecentos euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior contempla o fornecimento em contínuo dos bens, conforme pedido pelo Município, até atingir o valor contratual.
3. O preço base entende-se como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento dos bens que constituem o objeto do contrato.
4. Pelo fornecimento dos bens, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bombarral deve pagar ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
5. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens para os respetivos locais de entrega.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Bombarral, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (*sessenta*) dias, após a receção pelo Município de Bombarral, da(s) respetiva(s) fatura(s).
2. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução



Município de Bombarral

Processo nº 14-ADG/2025 –

AQUISIÇÃO DE SINAIS DE TRÂNSITO

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 15.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergente do contrato, o Município de Bombarral pode exigir ao adjudicatário, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Aplicação de sanção até 5% (*cinco por cento*) do valor total da encomenda, a partir do 3º (*terceiro*) dia de atraso na entrega dos bens.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Bombarral pode exigir uma pena pecuniária até 20% (*vinte por cento*) do valor total adjudicado.

3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Bombarral terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade adjudicatária e as consequências do incumprimento.

4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedade dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Bombarral pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso da entidade adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% (*vinete e cinco por cento*) do preço contratual, excluindo juros.



X

55

2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 20.^a

3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Bombarral, que produz efeitos 30 (*trinta*) dias após a receção dessa declaração, salvo se o Município cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém todas as suas obrigações ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Caução

Cláusula 19.^a

Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 20.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 21.^a

Proteção de Dados Pessoais

1 - As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - (EU) 2016/679 de 27 de abril.



2 - A entidade adjudicatária obriga-se, ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento.

3 - Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do art.º 28.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão.

Cláusula 22.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pela entidade adjudicatária e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª

Revisão de Preços














Não é permitida a revisão dos preços propostos, durante a vigência do contrato.










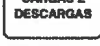






Cláusula 26.^a












Legislação aplicável

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplica-se o regime estatuído no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

Quantidade	Designação do Artigo	Imagem ilustração
16	Sinal estacionamento proibido C15	
5	Sinal proibido virar à esquerda C11b	
10	Sinal C13 40 Kmh	
20	Sinal sentido proibido C1	
5	Sinal C13 50 Kmh	
5	Sinal proibido estacionar C16	
10	Sinal C13 30 Kmh	
2	Sinal proibido ultrapassar C14a	
3	Sinal curva à direita A1a	
2	Sinal curva à esquerda A1b	
2	Sinal estreitamento via A4a	
20	Sinal obrigatório D1a	
30	Sinal stop B2	

5	Sinal obrigatório D1e	
8	Sinal obrigatório D3a	
6	Sinal obrigatório D1b	
12	Baliza posição O7a 120x20/30 largura	
8	Baliza posição O7b 120x20xm	
30	Cone sinalização ET50cm	
10	Sinal passagem peões H7	
8	Baliza posição O7b 120x20/30	
4	Sinal proibido virar à direita C11a	
8	Sinal trânsito giratório D4	
8	Sinal cedência passagem B1	
8	Sinal de trânsito proibido C2	
4	Painel adicional Mod 10b 36X24 cargas e descargas	
4	Sinal pavimento escorregadio A5	
10	Sinal trabalhos na via AT1 (A23)	
30	Tripe camarário	
4	Sinal passagem estreita AT8	
8	Sinal AT4 (A2b)	
8 (4+4)	Sinal TV4c desvio DRT/ESQ ou reversível	

4	Painel adicional Mod 1A 36x12 (200mts)	
8	Painel adicional Mod 10A 36x24 (exceto veículos municipais)	
6	Sinal C6 16t	 16t
4	Sinal C6 10t	10t 
2	Sinal J2 " Estádio Municipal com símbolo " esquerda 135x33 - Telas nível II abraçadeiras 90mm parafusos/porcas/anilhas	
2	Sinal J2 " Estádio Municipal com símbolo " direita 135x33 - Telas nível II abraçadeiras 90mm parafusos/porcas/anilhas	
2	Sinal J2 " Kartódromo com símbolo " esquerda 175x33 Telas nível II abraçadeiras 90mm parafusos/porcas/anilhas	
2	Sinal J2 " Kartódromo com símbolo " direita 175x33 Telas nível II abraçadeiras 90mm parafusos/porcas/anilhas	
2	Painel adicional Mod 10a 36x24 (exceto veículos municipais)	
4	Sinal B6	
5	Sinal B5	
3	Espelho parabólico 70cm	
2	Espelho parabólico 80cm	


Características:

a) Os sinais devem ser fabricados em chapa de alumínio/ferro com espessura de 2 mm;

- b) Os sinais devem ter 600 mm de diâmetro no caso dos sinais circulares; 600 mm de lado no caso de sinais retangulares e triangulares e 600 mm de diâmetro circunscrito no caso de sinal hexagonal, acrescidos de 2 cm de orla;
- c) Os sinais devem ser executados com telas retrorrefletoras, por processo de colagem, bem como, ser perfeitamente planas, lisas, sem empolamento e isentas de rebarbas ou bordas cortantes, e com o verso pintado em cinzento (RAL 9018). Só se admitem materiais homologados;
- d) Telas de nível I e nível II, consoante o respetivo sinal;
- e) Os sinais não devem conter qualquer publicidade comercial à entidade adjudicatária;
- f) Devem ser fornecidas acessórios de fixação, nomeadamente, abraçadeiras de 60mm, respetivos parafusos, porcas e anilhas.

Paços do Município, 25 de fevereiro de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal,


Ricardo Fernandes



